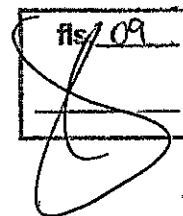




PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ



Ofício GP.L nº 479/2014

Publique-se; junte-se;
de ciência ao Plenário.
À Diretoria Jurídica.

Jundiá, 29 de setembro de 2014.

PRESIDENTE

30/09/2014

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Vimos, pelo presente, submeter à apreciação dessa Colenda Casa de Leis, Mensagem Aditiva ao Projeto de Lei nº 11.667/2014, que autoriza contratação de financiamento da Caixa Econômica Federal para execução de obras do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (R\$ 10.000.000,00).

Assim, fica acrescido ao Projeto de Lei nº 11.667/14 o art. 3º, com a redação abaixo transcrita, renumerando-se os artigos subsequentes:

“Art. 3º – Consoante previsão contida na Instrução Normativa nº 41, de 24 de outubro de 2012, do Ministério das Cidades, o financiamento de que trata esta Lei submeter-se-á às seguintes condições operacionais:

- I. Juros: 6% (seis por cento) ao ano.*
- II. Prazo de pagamento: 20 (vinte) anos.*
- III. Prazo de amortização: até 240 (duzentos e quarenta) parcelas.*
- IV. Taxa de risco: até 1% (um por cento) ao ano.*
- V. Taxa de administração: até 2% (dois por cento) ao ano.”*

Quanto à revogação do art. 16, da Lei nº 8.269, de 16 de julho de 2014, pretende-se solucionar o descompasso provocado pela antecedência da Lei de Diretrizes Orçamentárias aos projetos do Governo Federal, à época, ainda não informados aos Municípios.

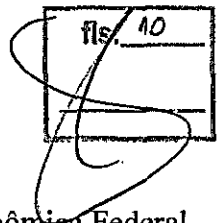
Cumpre-nos, também, esclarecer que estimativa de impacto orçamentário-financeiro é elaborada considerando o horizonte temporal do ano em curso e dos dois subsequentes. Considerando que a contratação do financiamento prevê carência de 24 (vinte

B



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

(Of. GP.L. nº 479/2014 – fl. 2)



e quatro) meses após a liberação dos recursos, conforme orientação da Caixa Econômica Federal com base na previsão constante da Instrução Normativa nº 41, de 24 de outubro de 2012, do Ministério das Cidades, constaram da análise somente as despesas provenientes de recursos próprios para satisfação da contrapartida municipal no montante de R\$ 500.396,67 (quinhentos mil, trezentos e noventa e seis reais e sessenta e sete centavos), com desembolsos previstos para os exercícios de 2015 e 2016, adequadamente previsto para o próximo exercício no Projeto de Lei Orçamentária de 2015, onerando a dotação orçamentária nº 11.01.15.451.0166.1053.4.4.90.51.00.0.

Já, no que se refere ao limite de endividamento de que trata a Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, de 120% da RCL para os municípios, o índice previsto no Projeto de Lei Orçamentária para 2015 é de 26,4% elevando-se para, aproximadamente, 27,0% em sendo aprovado o financiamento em questão.

Na oportunidade, apresentamos a V. Exa., e aos Nobres Vereadores, nossas cordiais saudações.


PEDRO BIGARDI
Prefeito Municipal

Ao

Exmo. Sr.

GERSON HENRIQUE SARTORI

DD. Presidente da Câmara Municipal de Jundiaí

Nesta